

RESENHA BIBLIOGRÁFICA (*).

GLÉNISSON (Jean) e GUEROUT (Jean) sob a direção de FAWTIER (Robert). — **Registres du Trésor des Chartes. Tome I. Règne de Philippe le Bel.** Prefácio de Charles Braibant. Paris, 1958. Imprimerie Nationale. LV + 689 pp.

Trata-se da publicação de mais um volume da bela série de Inventários e Documentos sob a direção de Charles Braibant, diretor geral dos Arquivos de França.

Como salienta Braibant no seu prefácio, os Arquivos de França organizaram-se depois da Revolução Francesa. Foram eles o arsenal da Constituinte, a quem estavam diretamente subordinados. Depois passaram para o Primeiro Cônsul e em seguida para o Imperador, com o fim de conservar todos os documentos da administração pública. Atualmente os Arquivos se acham subordinados diretamente ao Ministério da Educação devido a sua missão cultural (fontes primárias da História) concepção que pouco a pouco predominou sobre a sua função informadora. Os professores de História da França acorrem aos Arquivos em busca de dados para suas pesquisas. O mesmo se passa em diversos países, inclusive o Brasil.

No presente caso trata-se da publicação dos inventários de registro de cota JJ 37 a 50 — que continuam a antiga série de “Inventários e documentos dos Arquivos Nacionais” de França — que constituem os mais antigos registros da Chancelaria real e referem-se à segunda parte do reinado de Filipe-o-Belo (1299-1314), do qual Robert Fawtier é o historiador emérito.

A série J dos Arquivos Nacionais de França é constituída pelos **Tesouros de Cartas** da monarquia. Outrora essa documentação estava assim classificada: **Layettes**, Sacos e Registros. As **layettes** eram cofres de madeira onde se guardavam documentos cuja conservação se julgava necessária. Outros documentos eram guardados em sacos. Posteriormente êsses sacos foram esvaziados e o conteúdo classificado em pastas como o Suplemento das **layettes**. As duas séries (**layettes** e sacos) fundidas foi reservada a cota **J**. Os registros receberam a cota **JJ**.

Os registros (JJ) não foram ainda publicados e são em número de 320, mas essa numeração comporta um certo número de lacunas e cópias modernas com números duplicados e assuntos diferentes. Os registros de número 37 a 266 são chamados Registros da Chancelaria da França. Serão publicados e esta obra é o primeiro volume (compreendendo os registros de número 37 a 50).

Fato curioso é o da monarquia capetíngia ter sido uma das últimas a adotar o registro das cartas por ela emitidas, quando sabemos que desde o século XII a Chancelaria apostólica mantinha registros em perfeita ordem. O mesmo acontecia com a Inglaterra desde 1299 (João-sem-Terra), com Frederico II e os reis de Aragão (desde Jai-

(*) . — Solicitamos dos Srs. Autores e Editôres a remessa de suas publicações para a competente resenha bibliográfica (*Nota da Redação*).

me I). Foi com Filipe-o-Belo que êsses registros começaram a ser organizados em França, constituindo-se na verdade, mais uma coleção de cartas recebidas e expedidas do que pròpriamente um registro organizado, como as outras chancelarias.

Um registro de chancelaria é a transcrição diária de documentos, de atos notariais da chancelaria real. Êsses registros apresentavam os atos reais em ordem mais ou menos cronológica. Essas transcrições continham o texto do documento e a declaração de serem duplicatas, triplicatas, etc., assinatura do notário, nome de quem mandou fazer o ato e eventualmente mencionava-se o sêlo da autoridade mandatária. O fim visado era o de se saber o que fôra feito e também para se evitar falsificações possíveis. Serviam também para substituir os originais perdidos ou para fornecer certidões dos atos legais. Atualmente todos os atos das chancelarias são registrados, mas isso não acontece na Idade Média e assim muitos documentos não figuram nesses registros, com grande pesar nosso.

Com a publicação dêste primeiro volume quis o Arquivo Nacional de França pôr à disposição dos estudiosos uma longa série de documentos inéditos que sômente assim podem ser fácilmente manuseados pelo público em geral. Fazemos votos para que a publicação continue e que outros países imitem a França publicando seus documentos de arquivos para proveito geral.

E. SIMÕES DE PAULA

*

* *

ROGERS (Francis M.). — **The Obedience of a King of Portugal**, translated, with commentary. University of Minnesota Press, 1958, Minneapolis.

O trabalho consiste na tradução comentada da oração de Vasco Fernandes de Lucena, prestando obediência do rei de Portugal D. João II ao papa Inocêncio VIII. Está dividido em cinco partes. Na primeira — O Cenário — que precede o texto, o Autor chama a atenção para as relações entre o papado e os soberanos cristãos na época que seguiu o grande cisma do Ocidente, acontecimento que muito contribuiu para enfraquecer a autoridade pontifícia. Êste enfraquecimento coincide também com o desenvolvimento do nacionalismo dos estados cristãos. Os soberanos continuam a prestar obediência ao Sumo Pontífice, mas esta cerimônia torna-se antes uma formalidade e uma oportunidade para os estados ostentarem seu poder e sua riqueza.

Segue-se o facsimile do discurso de Vasco Fernandes e a sua tradução para o inglês (segunda e terceira parte do trabalho).

Na quarta parte o Autor desenvolve seus comentários sôbre o texto. São comentários de natureza lingüística e literária.

Interessa particularmente ao historiador a quinta parte do estudo do professor Rogers, denominado — **Contribuição ao conhecimento** — na qual é analisada a importância da oração de Vasco Fernandes como fonte histórica para três problemas de ordem histórica: